

A volta de um drama



Mardones, servidor federal demitido duas vezes por dois pacotes: "Lá vou eu de novo"

Alguns estão apreensivos. Outros, resignados. O anúncio da demissão de 33 mil servidores públicos mudou a rotina em repartições e instituições do governo e trouxe à tona o drama de gente como Mardones da Costa Flores, funcionário da Fundação Nacional de Saúde (FNS). Mardones é motorista de um carro de fumacê e nas horas vagas "faz uns bicos", consertando aparelhos de ar-condicionado. O funcionário já foi demitido duas vezes da instituição, sempre depois do anúncio de pacotes econômicos. "Isso é um fantasma que me persegue. Pelo jeito, lá vou eu de novo", disse.

Mardones, que também é diretor do Sindicato dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro e da Federação Nacional dos Trabalhadores de Saúde e Previdência, trabalha na FNS desde 1985. Em 1987, foi demitido pela primeira vez. Somente depois de um ano, conseguiu voltar, anistiado pelo governo José Sarney. E em 1990, quando pensava que tudo voltava ao normal, foi demitido novamente. Desta vez, o culpado foi o Plano Collor.

O funcionário passou três anos e meio sobrevivendo com alguns trabalhos extras. Um ganho de causa na justiça do Rio fez com que Mardones voltasse ao trabalho. O maior prejuízo das duas demissões, no entanto, foi a interrupção do curso de Direito. "Eu não tinha dinheiro para pagar sequer os livros", declara ele. Atualmente, Mardones, mesmo empregado, continua fazendo seus biscates.

Mas não foram somente os funcionários não-estáveis que se desesperaram com as novas medidas. A secretária Ana Maria Brito da Silva, por exemplo, está bastante temerosa. Ela trabalha há 19 anos na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. "Acredito que não serei cortada. Mesmo assim, estou com medo. Essa gente é meio louca", desabafa.

Mas o drama de Ana Maria ultrapassa o funcionalismo público. A secretária é também mutuária da Caixa Econômica Federal e está assustada com a alta dos juros. Ana Maria ganha R\$ 850 por mês e está há três anos sem aumento.